

Investigadora de Coimbra cria novo índice para avaliar desigualdade de género

 dinheirovivo.pt/outras/investigadora-de-coimbra-cria-novo-indice-para-avaliar-desigualdade-de-genero

Lusa

May 15, 2018

Uma investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra criou um novo índice para avaliar a desigualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho, que procura olhar para a problemática a partir de uma perspetiva global.

Carina Jordão iniciou a sua tese de doutoramento sem o objetivo definido de criar um novo índice para avaliar a desigualdade de género, mas a constatação da inadequabilidade dos indicadores existentes levou a investigadora a criar um novo que, ao contrário dos outros, pretende analisar a desigualdade no mercado de trabalho enquanto “fenómeno holístico”, disse à agência Lusa a investigadora.

Durante o trabalho, constatou que os indicadores que têm vindo a ser desenhados, ao serem arquitetados “para aferir a desigualdade entre mulheres e homens nas suas múltiplas dimensões, acabam geralmente por não tratar com a profundidade desejada as questões laborais”, notando-se que cada índice responde a diferentes posicionamentos e adota diferentes indicadores simples como representativos da desigualdade no mercado de trabalho.

Para além disso, são usados diferentes indicadores relacionados com a desigualdade, aos quais são atribuídas diferentes ponderações, medindo de formas diferentes “diversas parcelas de um mesmo fenómeno”, notou a investigadora.

Deste modo, Carina Jordão criou o ICIL – Indicador Composto de Igualdade Laboral, que permite “medir de forma holística o nível de igualdade relativa” nos 28 países da União Europeia, combinando, simultaneamente, diferentes indicadores simples: participação no mercado de trabalho, presença em cargos de chefia e liderança, salários e condições laborais.

Para além da utilização de diferentes indicadores simples no mesmo índice, o ICIL foi criado “através de um método alternativo para a construção de indicadores compostos”, em que em vez de avaliar os países com a mesma estrutura de pesos e dar uma determinada ponderação a cada indicador, acaba por estabelecer um modelo otimista que “põe cada país na sua melhor luz possível”, reduzindo “significativamente a interferência dos promotores do índice”.

“Os indicadores simples [que analisam apenas uma das vertentes da desigualdade] são contraditórios e não permitem aferir o fenómeno na sua globalidade, e os compostos têm diferentes indicadores simples com diferentes posicionamentos e trazem muita subjetividade à análise. Este indicador permite reduzir a subjetividade, ser mais rigoroso e mais objetivo” na análise às desigualdades e à performance de cada um dos países, sublinhou Carina Jordão.

Posterior à criação do ICIL, a investigadora aplicou-o ao período de 2008 a 2013, em que a Letónia, a Eslovénia e a Finlândia obtiveram os melhores resultados (a Letónia está no primeiro lugar do ranking entre 2010 e 2013), e em que Portugal varia entre o 18.º lugar e o 16.º.

Porém, os resultados da Letónia não significam que tenha sido atingida “a plena igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho” naquele país, frisou.

“Apesar de serem notáveis os avanços sentidos nas últimas décadas”, a verdade é que a Letónia ainda tem “um longo caminho a percorrer”.

Na análise aos resultados da Letónia no ICIL, notou-se que “os avanços nos níveis de igualdade têm vindo a ocorrer em concomitância com um agravamento generalizado da situação laboral dos mulheres e também dos homens” – algo que também se verifica noutros países afetados pela crise financeira de 2008, como é o caso de Portugal.

Para o futuro, a investigadora considera que será importante eliminar algumas limitações do ICIL, nomeadamente o facto de não ter em conta o progresso ou retrocesso em termos de direitos laborais ou de identificar se a melhoria se deve a um agravamento das condições laborais dos homens.

Para Carina Jordão, é também importante abandonar a argumentação, que prolifera nos últimos anos, em que são enaltecidos “os benefícios económicos da igualdade de género”.

A argumentação económica parece “ignorar, ou pelo menos relegar para um plano secundário, outros aspetos igualmente importantes na vida de qualquer pessoa empregada, como as questões salariais, as condições de trabalho ou a estabilidade profissional”, notou.

“A igualdade entre homens e mulheres deve ser garantida como direito humano, independentemente do impacto no crescimento económico dos países”, defendeu.

